

EIXO I - A crise da sociedade brasileira. Seu aprofundamento em 2022 e os reflexos nas IFES

*Francisco Wellington Duarte
ADURN-Sindicato*

O Brasil que não queremos e o Brasil pelo qual lutamos

Após quase quatro anos de um governo destruidor; quase dois anos e meio de uma pandemia que já matou mais de 661 mil brasileiros; da destruição completa das relações de trabalho, que geram milhares de desempregados, subempregados e desalentados; da volta da fome, uma das maiores tragédias sociais já vistas neste país; do descontrole completo da economia, com o retorno da inflação, aumentos constantes nos combustíveis; e de uma escalada do discurso golpista da caterva bolsonarista, continuamos a lutar pela sobrevivência individual e pela retomada da democracia, no plano coletivo.

Recentemente o Banco Mundial revisou o crescimento do PIB em 2022, de 1,4% para 0,7%, num relatório abrangendo a América Latina e o Caribe. Dos 28 países, o Brasil conseguiu a “proeza” de ficar apenas a frente do paupérrimo Haiti, que terá um “crescimento” de 0,4%. A previsão do IPEA é de 1,1% e o do Boletim Focus, do Banco Central, acompanha o Banco Mundial, com a projeção de um crescimento (sic) de 0,42%. Todas essas projeções, à exceção dos delírios de Guedes, que prevê um crescimento “em torno” de 2,0% para esse anos, mostram o cenário muito duro para a economia brasileira e uma crise de proporções históricas com relação aos efeitos sociais dessa tragédia.

O desemprego, em 11,2%, pode dar a impressão de que estamos diminuindo essa chaga, visto que antes era de 11,6%. Mas na realidade escondem o fato de 12 milhões de trabalhadores não tem o mínimo para exercer a cidadania, o emprego, o que joga esse segmento nos braços da fome e da miséria. Houve uma queda do rendimento real habitual do trabalhador, que foi de 8,8% em comparação ao mesmo período do ano anterior. O valor caiu de R\$ 2.752, em fevereiro de 2021, para R\$ 2.511, um ano depois. Os rendimentos reais dos trabalhadores, de acordo com a PNAD-IBGE, caiu a níveis de 2012, portanto, uma regressão salarial, em termos reais, de uma década.

O quadro mais dramático é o dos pobres, assombrados pela fome e cerca de 24% dos brasileiros, cerca de 54 milhões de pessoas, tem dificuldades em se alimentar, vivendo sem ter a certeza de que vão ter pelo menos três refeições. Esses indicadores revelam um país destroçado pelas políticas ultra-liberais, já implementadas desde o Golpe de 2016 e ampliadas por Guedes e sua trupe de “destrutores da nação”, que estão à frente da “condução” da nossa economia.

Nesse cenário dramático os servidores públicos das Instituições Federais de Ensino Superior (IFES) enfrentam o desafio de verem suas condições de vida

XVIII Encontro Nacional do PROIFES-Federação

diminuírem, com efeitos profundos sobre aqueles que já tinham uma vida profissionais e pessoal organizadas e sobre os jovens professores, se deparando com o cenário de “terra arrasada”, algo que os que estavam nas IFES na década de 90, sentiram na pele. Não se deve subestimar o impacto que os efeitos deletérios dos cortes orçamentários nas IFES causaram e causam nos professores, visto que seus projetos passados, presentes e futuros, como extensionistas e pesquisadores, estão sendo pulverizados por este cenário sombrio.

A campanha salarial desse anos, que estranhamente só foi impulsionada depois que Bolsonaro anunciou a “reacomodação” de recursos orçamentários, beneficiando uma categoria específica, convenientemente ligada às forças de segurança, tenta emplacar uma reposição de 19,99%. É uma briga de gato e rato, com Bolsonaro avançando e recuando a cada semana e, nestes últimos dias o governo “acenou”, no começo de abril, com a possibilidade de reajuste linear de 5,0% para o executivo federal, apegando-se ao fato de que a legislação eleitoral proíbe reajustes que excedam a inflação do ano eleitoral, até agora projetadas para 10,0% em 2022.

Obviamente que as representações dos servidores públicos federais receberam essa proposta como “absurda”, dado que, segundo o FONACATE, as perdas já chegam a 30,0%, ou seja, o governo continua a não considerar nenhum tipo de recomposição, que dirá de reajuste.

As perspectivas de curto prazo, para a economia em geral e para a população trabalhadora são dramáticas, e para os servidores públicos, de maneira geral, desanimadoras. No caso das IFES, os professores e técnico-administrativos se deparam com sua renda real média caindo a cada ano e suas condições de trabalho piorando a olhos vistos. O sucateamento das IFES segue a passos largos.

Resta aos professores, especificamente, fortalecer a luta do PROIFES-FEDERAÇÃO, que atua febrilmente em todos os espaços possíveis, na luta pela recomposição salarial, mas também dentro do parlamento acompanhando todas as ameaças à carreira, articulando ações opositoras, para breçar novos recuos.

O grande vilão das IFES, embora um tanto quanto esquecida, é o “teto dos gastos”, a Emenda Constitucional 95, que travou as possibilidades de novos investimentos públicos, relegando o orçamento a disputas entre as administrações, instituições e entidades públicas federais, e isso tem se revelado devastador com relação ao funcionamento das universidades e institutos federais.

Nesse cenário dantesco, de perdas econômicas e sociais; de retorno do fantasma da fome; da destruição dos recursos para a Ciência e Tecnologia; pela ocupação mafiosa do Ministério da Educação; e do sucateamento programado das IFES, exigem respostas específicas, para cada batalha, e uma estratégia geral, para que possamos recuperar as IFES e novamente voltarmos a ser um espaço para a disseminação das ideias que podem fazer com que o país volte a trilhar o caminho da democracia e do desenvolvimento econômica, com justiça social.

EIXO II – PNE: a necessidade de um debate sobre seu futuro

*Sônia Mara Ogiba
ADUFRGS-Sindical.*

Não haverá futuro para uma sociedade que seja democrática, livre e inclusiva e nem para um País com justiça social e cidadania sem uma Educação pública. Educação essa orientada por um Planejamento Educacional que inclua metas e estratégias, a curto, médio e a longo prazo, visando o alcance de objetivos e finalidades dos Sistemas de educação e das redes de ensino, pública e privada.

A Educação é um direito de todas, todos e todes, e dever do Estado, assim definido na Constituição Federal (CF) de 1988. O Brasil, um país historicamente marcado por desigualdade social, possui pela CF, uma organização político-administrativa que compreende a União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios, todos com autonomia, mas que devem cooperar entre si a fim de garantir o desenvolvimento do país e o bem-estar nacional.

Um dos principais desafios das discussões do **EIXO II – PNE: a necessidade de um debate sobre seu futuro**, está inscrito na constelação “Direito à Educação, Sistema Nacional de Educação, Financiamento”. Sem estar, no entanto, essa constelação de apenas três pilares em relação direta com a “(...)democratização do acesso, permanência, inclusão social e diversidade, [pois essas] são formas de materialização da justiça social, pela via da gestão e do planejamento da Educação Nacional” (OGIBA, 2016).

O Direito à educação no País está sustentado na cooperação entre os seus entes federados, e para que assim esse direito se cumpra é fundamental a existência de um Sistema Nacional de Educação (SNE), conforme já definido no Art. 23 da CF, do conjunto do Art.211, e com o texto da Lei Federal nº 13.005/2014 – que estabeleceu o Plano Nacional de Educação (PNE). O SNE é, portanto, um elemento de suma importância pois é/será o articulador do regime de colaboração. Esse regime é o elemento que oportunizará a que às desigualdades existentes na Federação brasileira em termos de disparidades de arrecadação entre os entes federados não sejam obstáculos para que o direito à educação se cumpra.

Como política pública e de Estado, o PNE, é um planejamento que abarca desde à educação básica até a pós-graduação, com vigência decenal, assim como os demais Planos em Educação (Estaduais e Municipais). Sua finalidade é o direito à educação e seu princípio e fio condutor de todas as suas metas é a qualidade.

O atual Plano completará 10 anos no ano de 2024 e, como um todo, teve seu futuro inviabilizado pela existência do golpe de Estado, parlamentar e midiático,

XVIII Encontro Nacional do PROIFES-Federação

ocorrido em 2015 e logo a seguir com a EC 95 que congelou por 20 anos os gastos com educação e saúde, estabelecida no governo de Michel Temer, no ano de 2016.

Futuro inviabilizado para a grande maioria das nossas crianças, jovens, adolescentes e adultos, posto que o Plano Nacional de Educação que entrou em vigência há exatos oito anos tem entre suas diretrizes fundamentais, por exemplo, a erradicação do analfabetismo, a valorização da carreira docente e o aumento de vagas no ensino superior, na educação técnica e na pós-graduação. São essas diretrizes que foram consubstanciadas no conjunto de Metas consideradas “estruturantes” de números 1, 2, 3, 5, 6, 7, 9, 10 e 11, do atual PNE. Igualmente, os caminhos da equidade pressupostos na redução das desigualdades e na valorização da diversidade, como previstos nas Metas 4 e 8, foram inviabilizados ao longo dessa última década.

Um outro conjunto formado pelas Metas 15, 16, 17 e 18 (em íntima relação com a Meta do Financiamento, a de número 20), relativas à valorização da educação, é fato histórico de que nessa última década, além de não se ter avançado o mínimo necessário para o alcance desse conjunto de metas, observamos um ataque desmesurado por parte do Estado aos professores e professoras, e aos demais trabalhadores e trabalhadoras em Educação, às suas carreiras e aos seus salários. Como da mesma forma, vimos o ataque às universidades e aos institutos federais com a política de cortes orçamentários ao ensino e à ciência e, sobremaneira, à autonomia dessas instituições. Esse conjunto de Metas, de fato, contém metas consideradas estratégicas para que as demais metas sejam/pudessem ter sido atingidas.

E, por fim, sobre o Financiamento (Meta 20) em sua condição *sine qua non* para o presente e para o futuro do Plano Nacional de Educação. Estabelecida através da meta 20, a ampliação do investimento público em educação pública, com a previsão, no mínimo, o equivalente a 10% do PIB ao final do decênio. Esse é um campo de debate que se reveste de capital importância para a materialização das condições que garanta a realização e concretização de um Financiamento que contribua efetivamente para a garantia do direito à educação, acesso e permanência, para o próximo decênio (2024-2034), quando, então, estaremos sob a vigência de um novo PNE.

Referência bibliográfica:

OGIBA, Sônia Mara Moreira (organização e coordenação). *Plano Nacional de Educação, Plano Estadual de Educação (RS) e Plano Municipal de Educação (Porto Alegre) / Projeto de Extensão Monitoramento e Avaliação do Plano Nacional de Educação (Brasil)*. Porto Alegre: Evangraf, 2016. 168 p.

Eixo III - Educação, Direitos Humanos e diversidade: o papel da Federação nessa luta

Oswaldo Gomes Corrêa Negrão
ADURN-Sindicato

Rosângela Gonçalves de Oliveira
SINDIEDUTECH

Na perspectiva marxiana, o reconhecimento da trabalhadora e do trabalhador como um ser complexo é fruto de uma formação omnilateral. Dentro dessa teoria, as relações de trabalho e ações sindicais extrapolam, e muito, a luta corporativa e de carreira, demandando que o sindicato reconheça que o universo do trabalho é um espaço que integra a ciência e a técnica ao desenvolvimento do ser humano.

Nesse contexto, o PROIFES-Federação assume papel importante ao colocar em pauta de luta as maiorias minorizadas (gênero, sexualidades, cor, etnia, etarismo e capacitismo) e referenciar seus passos na inclusão e no respeito às diversidades.

A Educação, enquanto um direito universal para o avanço civilizatório da humanidade, precisa ser valorizada e defendida. Os ataques à autonomia universitária, os escândalos de desvio de recursos e de compras superfaturadas são a assinatura da atual gestão. Somam-se a esses escândalos as práticas de superfaturamentos e negociatas para a aquisição de insumos médicos e hospitalares, a fabricação, compra e distribuição de medicamentos para o tratamento da COVID sem qualquer comprovação científica, além das tratativas de compras de vacinas contra a COVID de forma escancaradas - escândalos esses que, para a nossa preocupação, parecem agora assuntos superados.

Assim como a educação, a busca pela saúde no seu contexto global, como garantia constitucional e de acesso universal deve ser valorizada. O SUS, fortemente atacado, em especial após o golpe de 2016, demonstrou o seu valor durante o enfrentamento da pandemia que matou mais 660.000 brasileiros e que ainda não acabou, por isso precisamos manter nossa atenção aos cuidados individuais e coletivos.

Em tempos de tantas perdas - de investimentos e de vidas - e de retrocessos para os trabalhadores, decorrentes da agenda neoliberal de Temer e Bolsonaro, temos visto o quanto é pernicioso para uma nação não ter um projeto de desenvolvimento educacional, econômico e social para a maioria da população.

XVIII Encontro Nacional do PROIFES-Federação

O Brasil, que historicamente é um país de grandes contrastes sociais e permeado por movimentos que desestabilizam a nossa frágil democracia, tem sofrido permanentemente com ataques à Constituição Federal.

Por exemplo, não nos parece crível que na segunda década do século 21 a questão de discriminação de gênero dentro das escolas e das organizações sindicais não seja algo resolvido. A construção da igualdade de gênero na escola - em todo seu amplo espectro – é necessária para que cessem os processos de discriminação. Trata-se de um esforço que deve atravessar desde a primeira infância até os estudos superiores, para que nem o ambiente escolar, nem o ambiente acadêmico possam vir a se tornar espaços de discriminação.

Quebrar paradigmas referentes à desigualdade de gêneros é um dever que temos enquanto educadoras e educadores. Atribuir às crianças brincadeiras típicas de um só gênero (identificando aqui gênero com sexo biológico) é uma prática que se deve combater. Já na educação superior, a tipificação de cursos como sendo masculinos ou femininos – que em parte vem da educação recebida na escola básica – serve somente para manter os padrões estabelecidos pela sociedade. Incentivar a participação igualitária de todos os gêneros dentro do mundo do trabalho é um árduo desafio a ser superado. É preciso combater com todas as forças leis discriminatórias.

No recente Encontro LGBTQIA+, realizado em abril de 2022 em São Paulo, discutiu-se a temática da inclusão dessa comunidade ao mundo do trabalho. É preciso que se veja além da sexualidade; que se observe a capacidade do ser trabalhador, independentemente de seu gênero. A falta de oportunidades no espaço de trabalho formal acaba levando muitas companheiras e companheiros para a informalidade, crime e prostituição. Sabemos que isso não se dá por acaso. Sem políticas públicas de inclusão e políticas anti-discriminatórias essa classe fica à deriva, limitada a seus próprios guetos, e invisibilizada - tanto para a sociedade, como para o governo. Fomentar a criação de mecanismos que incluam todos os gêneros de forma igualitária no mundo do trabalho é de urgência igual ou maior que a necessidade de derrubar o governo fascista que aí está posto.

O mesmo desafio se impõe para sindicatos e federações. Devemos assumir que é dever sindical a inclusão igualitária de gêneros. Acolher propostas identitárias é nossa tarefa, se queremos que os direitos humanos sejam respeitados dentro do espaço de luta e de trabalho.

Também as relações de raça e etnias precisam ser discutidas. Situações de vulnerabilidade social e não garantia de direitos são mais comuns para a população negra. Na educação básica, indicadores de analfabetismo, abandono e desempenho, por exemplo, permanecem muito mais altos para os estudantes negros. Isso é

XVIII Encontro Nacional do PROIFES-Federação

normalizado pela sociedade, que ainda vê como padrão ser homem, hétero, branco e adulto.

A violência física e moral sofrida por crianças negras nas escolas precisa ser denunciada. O mesmo se dá para com os docentes. Exige-se do docente negro que tenha uma aparência branca para dar legitimidade ao ensino branco e heteronormativo. A escravidão moral ainda não foi superada no ambiente de trabalho e nos espaços de ensino e aprendizagem. É preciso educar continuamente para uma sociedade igualitária. É preciso criar oportunidades no mundo acadêmico, seja através de cotas - que são reparações históricas que devemos ao povo preto que imigrou a força para nosso país -, seja por outros mecanismos que garantam diversidade e direitos para todas, todes e todos.

Construir um espaço em que diferentes lutas e reivindicações sejam atendidas é um compromisso da Federação. A inclusão de pautas representativas dos direitos das maiorias minorizadas estão no cerne desse GT, assim como a inclusão de sujeitos que representam as pautas a partir de suas necessidades como grupo.

Neste sentido, propomos que todos os sindicatos: 1- estimulem e fomentem a criação de GTs DH locais, fortalecendo o debate dos temas tratados pelo GT DH do PROIFES Federação e 2- contribuam e participem das atividades nacionais e locais.

Eixo IV - Valorização dos/das profissionais da educação: formação, carreira, remuneração e condições de trabalho e saúde - o papel da federação nesta luta

Autoria proposta: *Luciana Boose Pinheiro (ADUFRGS/UFCSPA) –
Revisão: Lúcio Vieira, César Vieira e Maria de Lourdes (ADUFRGS/UFRGS)*

Desde 2004, ano da criação do PROIFES, as conquistas derivadas das lutas somam o esforço coletivo de defesa da educação pública, mas, mais do que isso, apontam a posição de respeito, cuidado e reconhecimento dos trabalhadores e trabalhadoras da educação no Brasil. O desenho da carreira, com a classe do Associado e do Titular, a elevação dos incentivos à titulação em 50%, o aumento do percentual da GED para aposentados, as inúmeras reposições salariais, a paridade entre ativos e aposentados, a criação da Carreira do EBTT e a equiparação salarial com a carreira do MS, os parâmetros e projetos de lei orgânica sobre as Universidades são alguns exemplos de conquistas dessa caminhada, assim como as lutas contra as PECs que de alguma forma prejudicariam docentes, suas carreiras e sua aposentadoria, em grande parte delas vitoriosas, apontam uma trajetória de árduas conquistas.

O papel do PROIFES, através da ação regional de seus Sindicatos Federados e da sua atuação na constante busca de diálogo, através da pauta de reivindicações de 2022, por exemplo, é protagonista em relação à defesa do ensino público, gratuito e de qualidade no Brasil, bem como ao reconhecimento do trabalho docente como elemento fundamental nesta construção. Sem dúvida, nosso movimento demarca uma história robusta e intensa, que não finda com a atuação de governos, mas que preza pelo patrimônio social e cidadão que representa a rede pública de ensino em nosso País.

Para o XVIII Encontro Nacional em 2022, largos e desafiadores são os encaminhamentos: como criar estratégias de diálogo e pauta de lutas em defesa dos docentes e suas carreiras no período pós-pandêmico com um governo que não se mostra receptivo às pautas dos trabalhadores? Como desenvolver estratégias de conquista da opinião pública sobre o valor dos professores e da educação pública para a constituição do exercício democrático e cidadão dos brasileiros e brasileiras? Como cuidar dos professores e professoras em termos de saúde, carreira, incentivo à formação qualificada? Qual o papel dos sindicatos no desenvolvimento de políticas assertivas para seus filiados e filiadas? Como o movimento sindical tem se organizado para garantir a qualidade de vida e reconhecimento salarial?

O Eixo 4 ergue-se a partir da concepção histórica e do papel social do fazer docente, conforme preconiza Freire, "É fundamental diminuir a distância entre o que se diz e o que se faz, de tal forma que, num dado momento, a tua fala seja a tua prática" (2003). Pratiquemos, pois.

Eixo V– A defesa da autonomia e a gestão democrática nas IFES: a necessidade de aprofundar a democracia nesse espaço¹

Lúcio Olímpio de Carvalho Vieira

ADUFRGS-Sindical

As universidades foram até aqui o refúgio secular dos medíocres, a renda dos ignorantes, a hospitalização segura dos inválidos e o que é ainda pior – o lugar onde todas as formas de tiranizar e de insensibilizar acharam a cátedra que as ditasse.

(Trecho do Manifesto de Córdoba, 21 de junho de 1918)

A democracia e a autonomia nas universidades e institutos federais constituem-se em elementos essenciais para o cumprimento de suas funções sociais. Essas instituições são parte fundamentais para qualquer projeto estratégico de desenvolvimento de uma sociedade que se pretende justa e livre.

A educação de nível superior, formadora de cidadania; a pesquisa como resposta aos grandes desafios que se apresentam ao mundo moderno e a extensão que repercute a produção acadêmica e ajuda nas soluções das demandas sociais imediatas, são atribuições dessas instituições e cabe aos professores com o apoio dos técnicos a materialização desses objetivos.

Esses valores devem estar consagrados na Carta Magna do país e regulamentado em Lei Orgânica para dar operacionalidade e controle social sobre as instituições.

Valorizar os profissionais que atuam nas universidades e institutos federais, garantir orçamento que permitam os investimentos que modernizem permanentemente esses espaços e a sua expansão são elementos da autonomia e garantia da democracia.

O desafio que se apresenta ao movimento sindical é o de romper os limites do debate em torno da escolha dos dirigentes como se fosse a expressão exclusiva da democracia. Fomos formados num modelo de democracia de molde ocidental, cuja figura simbólica é a da escolha direta dos representantes para os diferentes espaços de poder.

¹ Material produzido por Lúcio Olímpio de Carvalho Vieira, 1º Secretário do Proifes-Federação e presidente da Adufrgs-Sindical como texto introdutório do Eixo 5 do XVIII Encontro Nacional do Proifes-Federação.

XVIII Encontro Nacional do PROIFES-Federação

A crença é de que a eleição direta, o direito de qualquer membro da comunidade para concorrer, a paridade entre técnicos, estudantes e docentes ou ainda o voto universal, são entendidos por muitos como direitos líquidos e certos e qualquer outro modelo seria autoritário.

O fato é que a democracia de representação deve estar em estreita relação com os propósitos dessas instituições. A qualidade do trabalho ali desenvolvido, a gratuidade do ensino, a política de quotas, as bolsas sociais entre tantas outras são decorrentes das políticas sociais e expressão uma compreensão dessa democracia. No entanto, o debate no qual o movimento sindical se debruça sobre o tema não tem conseguido superar os interesses corporativos, com pouca relação com os direitos sociais abrangidos.

Hoje muito das disputas que se travam dentro dos espaços atuais de representação reforçam a conotação segmentada e por conta disso, distanciam-se dos compromissos com os objetivos institucionais. A representação da sociedade em muitos dos espaços de poder é definida por grupos sob a perspectiva dos seus ideários e não como a expressão do interesse público. Perdem nossas instituições, cada vez mais, o seu caráter universal.

A discussão sobre a qualidade da democracia torna-se urgente para que possamos reorientar o debate na busca de universidades e institutos federais em estreita sintonia com os interesses mais abrangentes, com projetos de desenvolvimento do país, das ciências, da busca de soluções para os problemas mais candentes da sociedade. A democracia como conhecemos não está sendo capaz de apresentar resultados efetivos, sólidos e estáveis.

A resguardada constitucional inclui a autonomia para produzir o conhecimento, sem amarras ideológicas, interesses econômicos restritos e orientações religiosas. Essas instituições são centros de inovação privilegiados onde devem estar os mais importantes pensadores, pesquisadores e cérebros inovadores. Dessa forma, qualquer que seja a estrutura de poder interno e sua forma de escolha, essas devem estar alinhadas com esses preceitos.

Definir internamente, embasada na legislação maior, como se dará a materialização da democracia é atribuição da comunidade interna das instituições superiores de ensino. Não pode ser diferente. A exigência deve ser a de que cumprir o preceito constitucional e dessa forma, a atribuição dos dirigentes e conselhos escolhidos deve ser a de instrumentalizar as instituições dos mecanismos que garantam a produção do conhecimento. Essas pessoas devem ter a capacidade para tanto e a compreensão sobre seu papel.

Os pleitos corporativos devem ter guarida nesses espaços, mas na perspectiva do atingimento do objetivo institucional e não o da sujeição do espaço público ao interesse privado (individual ou de categoria profissional). O conjunto da

XVIII Encontro Nacional do PROIFES-Federação

comunidade deve se mover na direção do bem comum que neste caso é o cumprimento das metas estabelecidas socialmente.

A sua consecução se dará na medida em que forem garantidos os recursos humanos e materiais e as políticas voltadas para o patrocínio do aprendizado do aluno que se consagra na tríade: ingressar, aprender e titular, porquanto no campo dos profissionais que ali atuam se assentam em ensinar, pesquisar e difundir.

Compreendido isso, o poder só pode ser conferido aos agentes que cumprem esses papéis para a garantia da sua execução. Há de ter, nacionalmente, fóruns de regulação e acompanhamento dessas instituições para assegurar o interesse social. Há de ter a garantia de orçamento capaz de dar conta do gigantesco desafio que as universidades e institutos federais enfrentam.

EIXO VI – Os desafios da construção de uma Nação Soberana e a atuação da Federação nesse processo.

*Enio Pontes de Deus
SIND-PROIFES*

Estamos vivenciando uma reestruturação econômica global, em que os recursos de conhecimento passam a ter tanto ou mais valor do que outros recursos geradores de valor monetário. Na economia do conhecimento, o capital de bens intelectuais se tornou o principal divisor entre as nações desenvolvidas e subdesenvolvidas, estando na base da nova arquitetura industrial em diversas áreas, da medicina à defesa militar. Exemplo notório ocorreu recentemente com o advento da pandemia, em que o desenvolvimento da vacina foi liderado pelos países que dominam a pesquisa científica. Os efeitos do atraso educacional e tecnológico, com o advento da crise sanitária, emergiram de maneira concreta e brutal, alargando ainda mais o desnível econômico e social internacional.

As sociedades capazes de mobilizar suas instituições de ensino, para pesquisar e gerenciar os fluxos de conhecimento, são as que mais têm chances de vencer os desafios do desenvolvimento e preservar sua soberania dentro do tabuleiro global. São as universidades que dão o impulso necessário à inovação, sendo este um recurso estratégico para alcançar um desenvolvimento equitativo e sustentável. O conhecimento produzido na universidade fornece a base de produtos e soluções que serão absorvidos pela indústria, pelo comércio e pelo Estado, agregando valor a toda a cadeia social. Trata-se, sob outra perspectiva, de um capital determinante para o enfrentamento dos desafios regionais e globais do mundo contemporâneo, tais como acesso à água, geração de energia limpa, mobilidade urbana, prevenção climática e

XVIII Encontro Nacional do PROIFES-Federação

conservação dos ecossistemas. Cumpre observar que, no Brasil, a universidade concentra a quase totalidade da produção científica nacional.

No novo desenho social e econômico que estamos vivenciando, as instituições de ensino, mormente as universidades, precisam ocupar lugar estratégico em qualquer plano nacional administrativo que se pretenda eficiente e sustentável. Com efeito, diante das problemáticas do mundo contemporâneo, o potencial educacional e científico sobressai como fator determinante para o exercício pleno da soberania. O intenso intercâmbio de produtos e insumos entre os países no mundo interconectado impôs paralelamente a necessidade de autossuficiência em setores estratégicos, como forma de garantir a autonomia econômica e a independência política dentro das relações internacionais. Isso ocorre por que o desenvolvimento econômico e social dos países se atrela cada vez mais ao desenvolvimento educacional, científico e tecnológico, na chamada sociedade “pós-industrial”.

O Brasil precisa se desvincular da dependência da cultura de exportação de commodities e se fincar de vez na dinâmica global do terceiro milênio, que tem no conhecimento o ativo mais valioso. Para isso, é preciso amplo investimento em educação, pesquisa e inovação, o que passa pela estruturação das universidades e a valorização cada vez maior dos atores do conhecimento.

A contribuição do PROIFES na construção da soberania nacional passa pela defesa das universidades, no tripé ensino, pesquisa e extensão, bem como a defesa da carreira e das condições de trabalho do(a) professor(a) e pesquisador(a) no Brasil. Para isso, é preciso construir uma agenda ativa, com mobilização das bases sindicais, articulação com outras entidades educacionais e científicas, de modo a se criar um movimento propositivo que, através dos instrumentos democráticos, exerça pressão sobre as esferas do poder.

GT DE CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO PROIFES-FEDERAÇÃO